

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 13 de agosto de 2024.

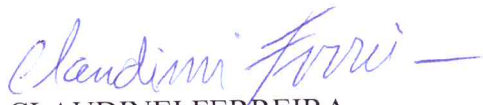
Ao
Sr. Herbert Correa Barros
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref. Pregão Eletronico nº 029/2024

A empresa **SASSARON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ sob o nº 46.041.130/0001-73, e localizada na Rua Maria Madalena Duarte, 19 – Terras de São José – São João da Boa Vista/SP, solicitou Impugnação do Edital de Pregão Eletronico nº 029/2024, cujo o objeto é a “ **aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e materiais de higiene e limpeza destina-se a atender as demandas dos setores da Prefeitura Municipal, assegurando o contínuo fornecimento desses materiais para utilização nas atividades administrativas**”.

Considerando a necessidade em dar continuidade ao processo licitatório acima citado, solicito que se posicione mediante a emissão de seu **Parecer Juridico**.

Segue cópia do pedido da empresa acima mencionada..


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, ESTADO DE SÃO PAULO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024

Processo Administrativo nº 29/2024

A empresa **SASSARON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 46.041.130/0001-73, com sede na Rua Maria Madalena Duarte, nº 19, Bairro Terras de São José, na cidade de São João da Boa Vista, estado de São Paulo, representada neste ato por sua representante legal a Sra. Ana Clarice Manzoli Sassaron Sanches, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 32.232.161-3, Órgão Expedidor/UF: SSP/SP e CPF nº 287.976.568-44, residente e domiciliada na Rua Joel Lisboa Biotto, nº 781, - Residencial Valle da Prata, Bairro Terras de São José, nesta cidade de São João da Boa Vista, estado de São Paulo, CEP: 13.874-822, vem por meio deste apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão em epígrafe, com fundamento no Artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, pelos motivos de fato e de direito que adiante passa a expor:

DA TEMPESTIVIDADE

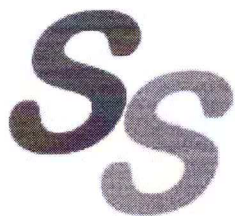
Conforme disposto em Lei, apresentamos a **IMPUGNAÇÃO** aos requisitos do edital, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão, sendo essa a única medida justa ao caso, para o qual, aguarda deferimento e posterior retificação.

1. DOS FATOS

A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, a exigência feita em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra **restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores**, obstando a **BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA**.

O instrumento convocatório traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, a Administração fica inviabilizada de analisar oferta extremamente vantajosa, impossibilitando até mesmo que uma das empresas mais capacitadas para esta contratação possa ser selecionada.

Após análise do edital, verificou-se que a exigência de Selo ABIC merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria



óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um grupo seleto do segmento.

Verifica-se que no edital foi inserido exigência limitadora e incompatível com os próprios limites impostos pela Lei de Licitações, direcionando o produto há algumas marcas em específico, porém, deixando diversas outras que atendem as especificações quanto a qualidade fora das possibilidades de participação, o que é ilegal e deve ser reformado.

Ocorre que a adesão à ABIC é voluntária, uma vez que a Portaria 570 do Ministério da Agricultura determina o padrão oficial de classificação do café torrado e moído brasileiro e tal padrão determinado pelo Ministério da agricultura pode ser comprovado por laudos laboratoriais.

PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022, disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-570-de-9-de-maio-de-2022-398971389>

DOS FUNDAMENTOS

A exigência de comprovação de Pureza e/ou Qualidade do produto **apenas através da Certificação ABIC** limita a oferta, restringe a participação de várias outras empresas com produtos de alta qualidade cujo a comprovação ocorre **por laudos laboratoriais**, menosprezando totalmente a qualidade de tantas outras marcas existentes no mercado.

A **certificação da ABIC, requerida no edital, é feita por instituição privada**, cujo sua adesão não é obrigatória, pois não deriva de ato normativo brasileiro, portanto, não podem ser exigidos nos editais de forma a limitar a participação e oferta de produtos que atendem integralmente as especificações do edital.

As exigências de Certificação junto a órgãos privados podem ser feitas, porém, não deverão servir para afastar licitantes que comprovem a qualidade do produto, uma vez que:

- As certificações não são obrigatórias pela legislação brasileira
- A comprovação das exigências de qualidade e pureza podem ocorrer por laudos laboratoriais.

Exigir selo ABIC dos licitantes afasta proposta mais vantajosa para a aquisição do produto.

A exigência contida no edital limitou o número de interessados no certame, apesar do edital exigir as várias outras comprovações através de laudos da nota de qualidade da bebida, microscopia, ponto de torra, etc, a exigência final joga por terra a legalidade do



certame, sendo que a exigência de Certificação, como já debatido acima, é privada e não é determinada por legislação vigente, ou seja, trata-se de órgão de controle privado, o qual não vincula nenhum fabricante ou marca a obrigatoriedade do Certificado para comercialização do produto. **Por se tratar de uma instituição privada (ABIC), as comprovações quanto a qualidade e pureza do café devem sempre ser precedidas de e/ou (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais)** uma vez que as marcas que não sejam filiadas as ABIC para emissão do certificado, possam apresentar seus produtos acompanhados pelos laudos laboratoriais emitidos por Laboratórios Certificados sem a exigência de certificação ABIC.

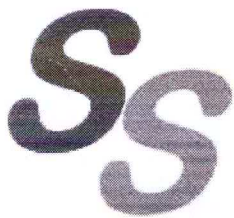
O entendimento do Tribunal de Contas da União é claro no sentido de coibir a exigência do referido Selo, por se tratar de uma associação privada, vejamos: Acórdão 1985/2018 – Plenário – Rel. Min. José Múcio Monteiro:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA COMPRA DE CAFÉ. RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC) PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA DA ENTIDADE. ANÁLISE DE MÉRITO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ANULAÇÃO DO PREGÃO. DETERMINAÇÕES. (...)

O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão”.

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação”. Acórdão nº 1354/2010-1ª Câmara, TC- 022.430/2009-1, rel. Min. Valmir Campelo, 16.03.2010.

(...) “a comprovação da qualidade do café, seja na fase da licitação ou durante a execução contratual, não precisa ser feita, necessariamente, por meio de laudo emitido por instituto especializado credenciado à ABIC, podendo a mesma ser aferida por intermédio de laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, os quais estão habilitados a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.” Acórdão nº 2019/2010-Plenário, TC-019.176/2010-4, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.08.2010.



(...) “Desta feita, na análise de mérito da questão, o relator registrou reconhecer a “boa intenção dos responsáveis em realizar uma compra adequada resguardando o erário”. Todavia, ressaltou que “a irregularidade não está na busca de condições mínimas para o objeto a ser fornecido, ação sempre desejável. O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão”.

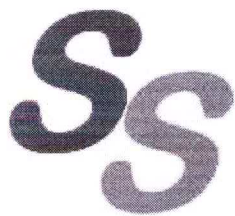
Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação. Portanto, fica claro que a exigência de Credenciamento a ABIC e a respectiva exigência de Certificado de Pureza e Qualidade ferem o princípio da legalidade e da isonomia entre os interessados, o que diretamente fere o princípio da proposta mais vantajosa e da ampliação da disputa.

Ressaltamos ainda, que os laudos devem ser emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou Ministério da Agricultura, conforme resoluções ANVISA n. 277 de 22/09/2005, Resolução ANVISA/RDC n. 12 de 01/01/2001, Resolução ANVISA/RDC n. 175 de 28/07/2003 e Instrução Normativa n. 16 de 24/05/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3. DA LEGISLAÇÃO

Tal conduta não se coaduna com os princípios básicos das licitações, contidos no Art. 37, XXI, da Constituição Federal e no Art. 3º da Lei das Licitações, tais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, e seleção da proposta mais vantajosa. No caso aqui debatido, a exigência do Certificado ABIC qualidade/pureza é totalmente ilegal, afrontando o princípio da isonomia entre os interessados, ferindo a legalidade no processo licitatório, ferindo a impessoalidade do Administrador Público na condução do procedimento, pois direciona a aquisição, limitando o número de participantes no certame e fazendo distinção entre eles. Inicialmente registre-se que, na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5º).

A carta magna, em seu art. 37, inc. XXI, traz uma visível determinação no sentido de que os requisitos de capacitação técnica das licitantes sejam reduzidos ao mínimo possível, como ilustremente registrado por José Cretella Júnior, "apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que o proponente está



preparado para executar o objeto da licitação" (In Comentários à Constituição Brasileira de 1988, ed. Forense Universitária, 2a ed., 1992, v. IV, p. 2249). E foi exatamente para dar maior sustentabilidade ao artigo esculpido na Carta da República que a Lei de Licitações veio a determinar e limitar em seus artigos 27 à 31 os documentos que podem ser requisitados para fins de habilitação em uma licitação. E infere-se, ainda, do artigo 3o, que é vedado à Administração ultrapassar esses limites, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, verbis:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

1º É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Interpretando as disposições do artigo 3o, o ilustre especialista na área de licitação, o doutor MARÇAL JUSTEN FILHO assevera:

Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3o, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3o. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3o' (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Dialética, 5a edição, fls. 54). (grifei) A lei licitatória buscou a preservação do que realmente procura atingir em uma licitação, impondo várias limitações de modo a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes. Marçal Justen Filho trata do assunto:

Os agentes administrativos deverão, ao elaborar o ato convocatório e estabelecer as condições pertinentes ao certame, tomar em vista a finalidade da ampliação da competitividade. Portanto, as exigências pertinentes à participação e ao julgamento deverão ser adotadas para atingir aquele objetivo. Isso se reflete especialmente no



tocante aos requisitos de habilitação e nas regras relativas à elaboração das propostas e oferecimento dos lances. (FILHO, Marçal Justen – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico – 2a Edição revista e atualizada – São Paulo – 2003)

O Art. 4º do Decreto 3.555 (lei do Pregão) traz a seguinte redação:

A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Já o inciso II do Artigo 3º da Lei 10.520 alerta:

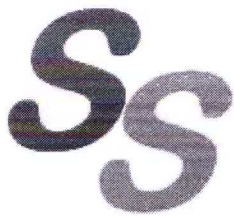
A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. O administrador público não goza de plena liberdade, deve sim conduzir a licitação, em qualquer das modalidades, em conformidade com o que exige a legislação, sem se afastar dela.

Hely Lopes Meirelles, destaca:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. E continua: A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes).

Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005). (grifei)

Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades particulares, deve, o agente público, sempre agir segundo àquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem. Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. E no caso em tela, a lei não autoriza exigências desproporcionais, que não se sustentam, como é o caso aqui discutido, devendo haver a retificação do edital, exigindo apenas aquelas comprovações necessárias a aquisição do produto com qualidade, sem limitar a participação de um



número maior de interessados, bem como afastando do certame o direcionamento para um único produto, o que é vedado pela legislação pátria.

Com isso, pedimos pela retificação do edital para:

1. Que seja corrigida a redação, cujo a exigência seja precedidas de e/ou (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais), laudo este emitido conforme as resoluções citadas nesta impugnação. Ou seja, laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo MAPA.
2. Que seja **excluída a exigência do Certificado ABIC de forma restritiva**, dando a opção de a qualidade do produto ser comprada através dos laudos emitidos por laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, uma vez que a redação da forma como está no edital, sugere direcionamento apenas para produtos certificados pela ABIC, que é entidade privada, não havendo legislação que trate da matéria, o que afasta o princípio da isonomia, legalidade e impessoalidade do certame aqui debatido, devendo ser retificado o edital, visando assim ampliação da disputa, e ofertas mais vantajosas aos cofres públicos, sem limitação de marca ou fabricante.

Não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, pedimos que remeta o processo devidamente instruído a instância superior, para julgamento e deferimento dos pedidos.

Nestes Termos Pedimos Deferimento.

ANA CLARICE
MANZOLI SASSARON
SANCHES:287976568
44
Assinado de forma digital
por ANA CLARICE
MANZOLI SASSARON
SANCHES:28797656844
Dados: 2024.08.12
08:54:41 -03'00'

Ana Clarice M. S. Sanches

São João da Boa Vista, 12 de agosto de 2024





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



PARECER JURÍDICO

Assunto: Impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico n.º 029/2024

Requerente: Departamento de Licitação

Data: 15 de agosto de 2024.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Impugnação ao Edital apresentada pela empresa Sassaron Comércio e Serviços Ltda., na qual a empresa interessada afirma que “o edital não pode prever a necessidade de selo ABIC para o produto café, e, requer a exclusão de tal exigência”

Em suma, estes são os fatos. Passa-se a analisar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

II.I. DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE:

A Nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de assessoramento jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar controle de legalidade, mediante análise jurídica das contratações públicas.

No âmbito no Município de São José das Palmeiras, a competência para realizar a análise jurídica é da Procuradoria Jurídica.

Nesse sentido, é o que se extrai do Decreto Municipal nº 056, de 24 de maio de 2023, vejamos:

Art. 56 - Além do controle prévio de legalidade previsto no art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, incumbe à Procuradoria Jurídica o assessoramento jurídico, por meio de apoio e auxílio às autoridades responsáveis pela tomada de decisões, e aos agentes do processo de contratação.

Logo, verifica-se que é atribuição desta Procuradoria proceder com o controle de legalidade quando solicitado pelo pregoeiro ou agentes de contratação.

II.II. DA ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150 – São José das Palmeiras-PR



É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades. No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

Desta feita, verifica-se que a atividade dos procuradores jurídicos atuantes, assim como ocorre com a atividade advocatícia de maneira geral, limita-se à análise da compatibilidade jurídica da matéria trazida a exame, sem prejuízo de, eventualmente, sugerir soluções vislumbradas por esta unidade de assessoramento jurídico, que devem ser objeto de consideração por parte do gestor, que detém, no entanto, a palavra final sobre a implementação de políticas públicas no âmbito municipal, nos limites do seu juízo de mérito.

II.III. DA ANÁLISE JURÍDICA

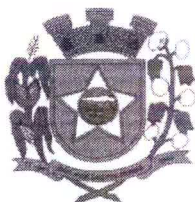
Ao analisar atentamente o conteúdo da impugnação apresentada, destaco que é faculdade conferida pela lei para que particular (cidadão/licitante), possa, se o caso, questionar à Administração Pública sobre eventual ocorrência de vícios no Edital.

Insurge a impugnante sobre a necessidade de suprimir do Edital, mais precisamente do (Pó de Café), a exigência da CERTIFICAÇÃO DA ABIC. Sustenta que a exigência impõe restrição na participação de licitantes, que não optaram em certificar seus produtos, visto que a ABIC é uma instituição privada.

Finaliza com o pedido de retificação do Edital para inserção de certificado ABIC e/ou Laudos de Laboratórios credenciados pela ANVISA.

As decisões administrativas, são motivadas por princípios norteadores, que devem, em todo momento buscar a garantia constitucional e a aplicabilidade destes princípios no mundo jurídico, tutelando o interesse público. O Edital é pautado nas normas constantes da Lei de Licitações, almejando sempre a maior participação, ampla competitividade e busca da proposta mais vantajosa para a administração, atendidos os critérios destacados no presente instrumento. No caso em comento o edital de licitações buscou, com a formatação atual, zelar pelo atendimento ao interesse público, restando, portanto, de caráter discricionário da municipalidade a exigência mínima de garantia de qualidade do produto “café em pó”, que será fornecido. A discricionariedade do poder público é a margem de liberdade do administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal.

Nessa esteira, importante a escrita da brilhante Maria Sylvia Zanella Di Pietro, vejamos:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



A discricionariedade administrativa, na visão de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, é a: “faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas perante o Direito”.

As decisões trazidas pela Impugnante provenientes do Tribunal de Contas da União, que mencionam a exigência do selo da ABIC (Associação Brasileira de Indústrias de Café) e a possível restrição à participação de empresa interessadas, não refletem as mais recentes decisões emanadas desse ilustre Tribunal.

O Selo de Pureza é um Programa de autofiscalização que controla a pureza do Café em todo o território nacional de forma a coibir as impurezas e fraudes praticadas pelas indústrias. O programa está em constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população e a necessidade de fixar a identidade e as características mínimas de qualidade a que devem obedecer a produção de café.

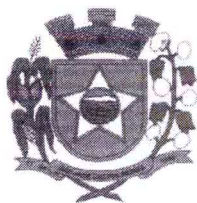
Nota-se que as decisões juntadas na Impugnação, fazem referência ao ano de 2010, porém em decisão emitida em 2015 o mesmo TCU, decidiu pela possibilidade de exigência mínima de comprovação química e sensorial do café mediante selo da ABIC, vejamos a decisão:

Acórdão 1360 de 2015. (TCU)

9. No que tange à comprovação da qualidade do café pelas empresas não associadas à ABIC, o Secretário-Executivo do Mapa não apontou alternativas disponíveis, asseverando que o selo de pureza da ABIC é o único meio de certificação no Brasil que atesta a pureza do café torrado e moído, com base em monitoramento contínuo das marcas. Tal iniciativa – ressaltou aquele Secretário – é oriunda do setor privado e faz parte de um Programa Permanente de Controle da Pureza do Café desenvolvido por aquela Associação desde 1989, aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). 10. Nesse cenário, considero que a exigência contida no Pregão Eletrônico nº 90/2013, promovido pelo TRE-MG, está em harmonia com a jurisprudência do TCU (Acórdão 1354/2010-TCU-Primeira Câmara e 1985/2010-Plenário), razão por que a presente representação deve ser julgada improcedente. (grifo acrescido)

14. Terceiro, por concordar ser recorrente a baixa qualidade de alguns produtos adquiridos pela Administração Pública, sobretudo café, por isso, neste caso concreto e excepcional, dada a inexpressiva materialidade do produto licitado, assim como da diferença de preços entre a proposta vencedora e a da representante, entendo justificado o estabelecimento de requisitos mínimos de qualidade para o que se aceitaria no Pregão nº 33/2014, aberto pelo MRE. (grifo acrescido)

Esta decisão foi motivada pela indisponibilidade de laboratórios credenciados que podiam atender à Instrução Normativa 16/2010, que instituiu o Regulamento Técnico para o café torrado em grãos e para o café moído, definindo que a análise passou a ser sensorial, sendo esta mais complexa, pois



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



passou a não ser testados apenas aspectos químicos, mas também analisado o paladar da bebida. É fato que a Instrução Normativa foi revogada; porém, até o momento, a ANVISA, após reformular as normas, desautorizou vários laboratórios, visto que não se enquadram nas novas orientações, e esta situação permanece até a presente data.

Vejamos o que disse o Secretário Executivo do MAPA (Ministério da Agricultura) em consulta formulada sobre o assunto pelo TCU;

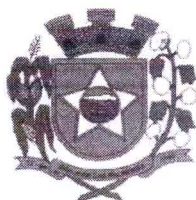
O Secretário-Executivo do Mapa não apontou alternativas disponíveis, asseverando que o selo de pureza da ABIC é o único meio de certificação no Brasil que atesta a pureza do café torrado e moído, com base em monitoramento contínuo das marcas. Tal iniciativa – ressaltou aquele Secretário – é oriunda do setor privado e faz parte de um Programa Permanente de Controle da Pureza do Café desenvolvido por aquela Associação desde 1989, aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Considerando que a administração deve priorizar a aquisição de produtos alimentícios que demandam um bom padrão de qualidade, especialmente quando se trata de itens a serem licitados, é crucial manter tal exigência do Selo ABIC.

Nesse contexto, compreendemos que a manutenção do Selo da ABIC representa um requisito mínimo de qualidade que deve ser preservado no edital da licitação. É fundamental garantir que a administração não abra mão da exigência de qualidade, assegurando, assim, que os produtos adquiridos atendam aos padrões desejados. Considerando situações adversas que se verificam quando um produto ostenta o Selo ABIC, a perspectiva torna-se ainda mais desfavorável quando ausente tal certificação.

O Tribunal de Contas de São Paulo, que é o órgão de controle dos municípios jurisdicionados do Estado de São Paulo, em decisão proferida no ano de 2020, compreendeu que a exigência do selo da ABIC, não fere o princípio da isonomia, vejamos a decisão:

TC-026991.989.20-3 (ref. TC-013395.989.18-9 e TC-014285.989.18-2) Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 24-11-20, que julgou irregulares o pregão presencial, a ata de registro de preços e a execução contratual, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multano valor de 200 UFESPs ao responsável Ary Antonio Despezzio Cintra, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal. VOTO. EM PRELIMINAR, conheço dos recursos por restarem atendidos os pressupostos legais de legitimidade e tempestividade. NO MÉRITO, entendo que as razões dos recorrentes possam ser acolhidas. Constatado que as características de definição de peso de unidades de alguns dos itens licitados sofreram efeitos de mudanças aplicadas pelas próprias indústrias, além do alcance da administração ou da contratada. (...) A Secretaria-Diretoria Geral opinou pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, pelo provimento para o fim de reforma da decisão e



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

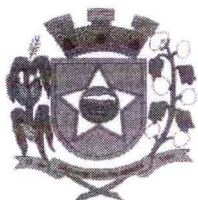


consequente julgamento de regularidade, consignando que: - O certame demonstrou razoável competitividade; - Não se verificou impugnações ao Edital, representações ou recursos; -As descrições de itens e especificações de quantidades mínimas restaram atendidas pelas propostas vencedoras; -A gramatura das embalagens não prejudicou a competitividade do certame; -O certificado de pureza da ABIC não indica direcionamento a marca, sendo aspecto comum entre os produtores de café; - (...)Observo finalmente que MPC foi pelo não provimento, enquanto SDG concluiu pelo provimento dos recursos. Por todo o exposto, meu voto dá provimento aos recursos, para a reforma da decisão, julgando regulares a licitação, a ata de registro de preços e sua execução, afastando a penalidade e as determinações, exarando ainda as recomendações constantes na íntegra do voto que deverão ser notificadas por ofício e verificadas em futuras diligências.

Noutra decisão, com teor de Impugnação ANÁLOGO ao combatido neste momento, o Tribunal de Contas de São Paulo em 2021, decidiu por não acatar a Impugnação, manifestando que a exigência da ABIC no edital, não é motivo para suspensão do certame, vejamos:

TC-020836.989.21-0

Assunto: Representação visando ao exame prévio de edital do Pregão Eletrônico n.º 101/2021, Processo n.º 175/2021, da Prefeitura de Aparecida, que objetiva registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas a serem distribuídas a famílias carentes do Município pelo Fundo Social de Solidariedade. (...) No mais, acrescenta o que, a seu ver, configuram outras flagrantes irregularidades no edital: (iii) exigência de que o produto café torrado e moído seja apresentado com certificação de pureza e qualidade emitida pela ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café; (iv) omissão em relação à requisição de alvará/licença de funcionamento, pertinentes ao ramo da atividade empresarial desenvolvida; e (v) ausência de indicação de índice de atualização financeira e de penalidades em caso de eventual atraso no pagamento pela Municipalidade. (vi) Deveras, cabe à Administração, no exercício de sua competência discricionária e na busca da aquisição de produtos de qualidade, indicar as especificações desejadas, limitadas às qualidades mínimas necessárias para identificar o produto ou serviço, de forma a facilitar sua busca no mercado e garantir a competitividade. Demais disso, no caso, a Representante não traz elementos concretos que comprovem que as exigências nutricionais não são usuais no mercado, podendo, com isso, causar algum embaraço à livre participação de interessados. Assim sendo, à míngua da enumeração precisa e específica das condicionantes que estariam a direcionar o resultado do certame, e considerando a impossibilidade de se promover etapa de investigação e produção de provas no rito sumaríssimo do exame prévio do edital, há de sobressair presunção de legitimidade do ato administrativo, em princípio operado de acordo com avaliações internas apropriadas da Administração. Nessas particulares circunstâncias, INDEFIRO o pleito de suspensão do Pregão Eletrônico n.º 101/2021, da Prefeitura Municipal de Aparecida, e determino o arquivamento dos autos, com prévio trânsito pelo



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150— São José das Palmeiras-PR



Ministério Público, na conformidade do §1º do artigo 220 do Regimento Interno, sem embargo da oportuna apreciação dos atos, nos moldes ora anunciados, em sede de controle ordinário de legalidade, nos termos das Instruções vigentes, ensejo em que, com a amplitude necessária, será possível aquilatar os resultados da opção do administrador no que diz respeito à garantia da ampla competitividade. Publique-se.

“In casu”, temos que na garantia da eficiência dos gastos públicos, bem como na efetividade de seu consumo, é inquestionável a apresentação do certificado de qualidade mencionado. Neste passo, temos que não existe ilegalidade referente à exigência de selo de qualidade ABIC.

Por fim, através de pesquisa realizada no site oficial da ABIC, existem hoje inúmeras marcas de café, que estão disponíveis no mercado que possuem o selo de qualidade mencionado, assim em momento algum fere o princípio da Isonomia. <https://www.abic.com.br/institucional/associados/>

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, compreendo que a Impugnação apresentada pela empresa supramencionada deve ser conhecida, por ser tempestiva, e quanto ao mérito, indeferida, mantendo-se os termos originais do edital. É o parecer.



Documento assinado digitalmente

HERBERT CORREA BARROS

Data: 15/08/2024 16:56:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO Nº 01

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 029/2024, Processo Administrativo nº 052/2024, cujo objeto é a “aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e materiais de higiene e limpeza destina-se a atender as demandas dos setores da Prefeitura Municipal, assegurando o contínuo fornecimento desses materiais para utilização nas atividades administrativas”.

A impugnação foi apresentada pela empresa Sassaron Comércio e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 46.041.130/0001-73, recebido pelo **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, em 12 de agosto de 2024.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

A impugnante, valendo-se da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, interpôs impugnação aos termos do Edital de Licitação, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

Sobre o CAFÉ a impugnante menciona que a exigência da CERTIFICAÇÃO DA ABIC causa restrição desnecessária. Sustenta que a exigência impõe restrição na participação de licitantes, que não optaram em certificar seus produtos, visto que a ABIC é uma instituição privada. Finaliza com o pedido de retificação do Edital para inserção de certificado ABIC e/ou Laudos de Laboratórios credenciados pela ANVISA.

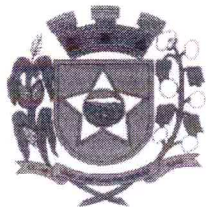
3. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender os princípios consoantes do Art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Cabe ressaltar que o pedido foi encaminhado para a procurador do Município de São José das Palmeiras, uma vez que versa sobre matéria de ordem jurídica.

4. DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO



Nos termos do item 16 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 29/2024, no qual é regido pela Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, o pedido de impugnação de edital é baseado na discordância da exigências do selo de pureza da ABIC para o produto CAFÉ.

Como o pedido foi protocolado no dia 12 de agosto de 2024, é clarividente afirmar que a impugnação ao edital referente ao Pregão Eletrônico nº 29/2024, do processo administrativo nº 052/2024, formulado pela impugnante é **tempestivo**.

5. DO PEDIDO

Assim, requer que a impugnação, seja recebida e julgada procedente para que seja excluída a exigência do certificado da ABIC dando opção de a qualidade do produto ser comprada através de laudos.. Nestes Termos, pede deferimento

6. ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses. As impugnações são ferramentas que devem ser interpostas com a finalidade de corrigir possíveis erros ou omissões, que possam corromper a legalidade e a isonomia do certame. O alinhamento do descritivo técnico e das condições de fornecimento do objeto em coerência com as especificações técnicas e disponíveis, devem também primar pela plena execução do objeto proveniente do processo de licitação em questão.

É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins. Pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo que essa busca pautou as especificações e exigências contida no Termo de Referência do certame em questão.

Preliminarmente, registramos que o assunto foi submetido ao Procurador do Município, uma vez que os questionamentos se referem à critérios jurídicos, o qual se manifestou da seguinte forma:

“O Selo de Pureza é um Programa de autofiscalização que controla a pureza do Café em todo o território nacional de forma a coibir as impurezas e fraudes praticadas pelas indústrias. O programa está em constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população e a necessidade de fixar a identidade e as características mínimas de qualidade a que devem obedecer a produção de café.”

“Nota-se que as decisões juntadas na Impugnação, fazem referência ao ano de 2010, porém em decisão emitida em 2015 o mesmo TCU, decidiu pela possibilidade de exigência mínima de comprovação química e sensorial do café mediante selo da ABIC, vejamos a decisão: Acórdão 1360 de 2015. (



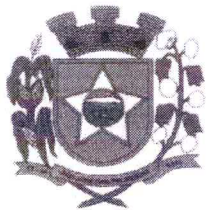
TCU) 9. No que tange à comprovação da qualidade do café pelas empresas não associadas à ABIC, o Secretário-Executivo do Mapa não apontou alternativas disponíveis, asseverando que o selo de pureza da ABIC é o único meio de certificação no Brasil que atesta a pureza do café torrado e moído, com base em monitoramento contínuo das marcas. Tal iniciativa – ressaltou aquele Secretário – é oriunda do setor privado e faz parte de um Programa Permanente de Controle da Pureza do Café desenvolvido por aquela Associação desde 1989, aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). 10. Nesse cenário, considero que a exigência contida no Pregão Eletrônico nº 90/2013, promovido pelo TRE-MG, está em harmonia com a jurisprudência do TCU (Acórdão 1354/2010-TCU-Primeira Câmara e 1985/2010-Plenário), razão por que a presente representação deve ser julgada improcedente. (grifo acrescido) 14. Terceiro, por concordar ser recorrente a baixa qualidade de alguns produtos adquiridos pela Administração Pública, sobretudo café, por isso, neste caso concreto e excepcional, dada a inexpressiva materialidade do produto licitado, assim como da diferença de preços entre a proposta vencedora e a da representante, entendo justificado o estabelecimento de requisitos mínimos de qualidade para o que se aceitaria no Pregão nº 33/2014, aberto pelo MRE. (grifo acrescido)”

“Vejam os que disse o Secretário Executivo do MAPA (Ministério da Agricultura) em consulta formulada sobre o assunto pelo TCU; O Secretário-Executivo do Mapa não apontou alternativas disponíveis, asseverando que o selo de pureza da ABIC é o único meio de certificação no Brasil que atesta a pureza do café torrado e moído, com base em monitoramento contínuo das marcas. Tal iniciativa – ressaltou aquele Secretário – é oriunda do setor privado e faz parte de um Programa Permanente de Controle da Pureza do Café desenvolvido por aquela Associação desde 1989, aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC).”

“Por fim, através de pesquisa realizada no site oficial da ABIC, existem hoje inúmeras marcas de café, que estão disponíveis no mercado que possuem o selo de qualidade mencionado, assim em momento algum fere o princípio da Isonomia. <https://www.abic.com.br/institucional/associados/>”

7. DECISÃO

Em observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, bem como ao princípio da COMPETITIVIDADE.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

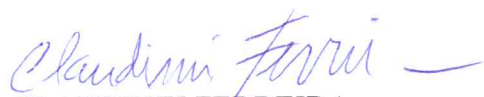


O Procurador do Município, opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido de impugnação.

Sendo assim INDEFERE-SE o pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 029/2024, Processo Administrativo n.º 052/2024.

Entende este pregoeiro, pelo **NÃO ACOLHIMENTO** do pedido de impugnação apresentado pela empresa **Sassaron Comércio e Serviços Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.041.130/0001-73

Por fim encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 052/2024

PREGÃO ELETRÔNICO: 029/2024

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e materiais de higiene e limpeza destina-se a atender as demandas dos setores da Prefeitura Municipal, assegurando o contínuo fornecimento desses materiais para utilização nas atividades administrativas”

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, Parecer Jurídico, despacho do Sr. Pregoeiro e considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 14.133/2021, não RECONHEÇO o pedido de Impugnação de Edital interposto pelas empresas **SASSARON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** e no mérito decido pelo IMPROCEDENCIA, mantendo a decisão do Senhor Pregoeiro.

Comunica-se a parte interessada.

São José das Palmeiras, 16 de agosto de 2024.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal.